



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E

MÉDICO – Área: MEDICINA DO TRABALHO

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFES; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A ocorrência de suspeita ou confirmação de um caso, surto ou epidemia de Influenza humana produzida por novo subtipo viral demanda notificação compulsória imediata às instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo a Portaria MS nº 1271, de 06 de junho de 2014, devendo ser realizada e endereçada até 24 (vinte e quatro) horas
- (A) à Secretaria de Saúde Estadual e Ministério da Saúde.
 - (B) somente à Secretaria Estadual de Saúde.
 - (C) somente ao Ministério da Saúde.
 - (D) à secretaria de Saúde Municipal, à Secretaria de Saúde Estadual e ao Ministério da Saúde.
 - (E) somente à Secretaria Municipal de Saúde.
- 22 A lesão neural dos membros superiores, dentre o universo de manifestações clínicas, determina síndromes neurológicas causando incapacidades e deformidades físicas, intervindo na capacidade laboral e na vida social da pessoa acometida. Nesses casos, o exame físico sistematizado e céfalo-caudal identifica o comprometimento mais frequente do
- (A) Radial.
 - (B) Ulnar.
 - (C) Mediano.
 - (D) Interósseo anterior.
 - (E) Interósseo posterior.



- 23 Para fins de notificação compulsória de importância nacional, são considerados alguns conceitos para bem definir os dados, as informações e o conjunto de características clínicas e epidemiológicas coletados com vistas à detecção precoce, monitoramento e outras medidas gerais e específicas. O termo agravo é considerado como
- (A) estado clínico independente de origem ou fonte, que represente ou possa representar um dano significativo para o homem.
 - (B) doença independente de origem ou fonte, que represente ou possa representar um dano significativo para o homem.
 - (C) situação que pode apresentar riscos à saúde pública, a partir de doença ou morte de animal ou grupo de animais.
 - (D) ocorrência de surto que pode constituir potencial ameaça à saúde pública, considerando a sua magnitude e transcendência.
 - (E) qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes.
- 24 A radiografia do tórax na vigência de casos de edema intersticial permite identificar nos septos interlobulares um espessamento caracterizado por finas opacidades ou “linhas septais”, denominadas linhas de Kerley. As linhas classificadas como B apresentam-se como
- (A) linhas de 2-6cm que se orientam para o hilo pulmonar.
 - (B) linhas de 1-cm perpendiculares e contíguas à pleura.
 - (C) linhas com padrão reticular basal.
 - (D) padrão basal que se assemelha a uma malha.
 - (E) padrão basal com trajeto oblíquo.
- 25 É consenso que a clínica e a epidemiologia se inter-relacionam, considerando que na maioria das situações clínicas o diagnóstico e o prognóstico são incertos para pacientes individualizados e, por conseguinte, devem ser internalizados como uma probabilidade que pode ser influenciada a partir de uma variedade de erros diferenciais e tendenciar as conclusões baseadas em “testes diagnósticos”. Em certa região geográfica, se a prevalência aparente de uma doença é alta, é certo esperar um(uma)
- (A) menor número de resultados falso-negativos em testes com boa sensibilidade.
 - (B) maior número de resultados falso-negativos em testes com boa sensibilidade.
 - (C) menor número de resultados falso-positivos em testes com boa sensibilidade.
 - (D) igual número de resultados falso-negativos e falso-positivos em testes com boa sensibilidade.
 - (E) maior proporção de resultados verdadeiro-negativos e verdadeiro-positivos em testes com boa sensibilidade.
- 26 Trabalhadora do gênero feminino, exercendo há cinco (5) anos atividades em oficina de carros pesados de uma instituição de porte, apresenta duas máculas discrômicas localizadas em região interescápulo vertebral direita e nádega esquerda, com alterações das sensibilidades térmica, dolorosa e tátil. A avaliação da integridade da função neural identificou espessamento e neurite do tronco tibial posterior à esquerda com a ausência de resposta ao monofilamento da cor laranja no pé, o que permite validar como resultado:
- (A) Sensibilidade “normal” para o pé.
 - (B) Perda de sensação protetora para o pé.
 - (C) Sensibilidade à pressão profunda, podendo ainda sentir dor.
 - (D) Perda de sensibilidade à pressão profunda, normalmente não podendo sentir dor.
 - (E) Perda de sensação protetora para o pé, ainda podendo sentir pressão profunda e dor.
- 27 O modelo atual de intervenção da endemia hansênica recomenda que a avaliação da força de morbidade, magnitude e tendência da endemia seja realizada mediante a construção do indicador Coeficiente de Detecção Anual de Casos Novos por 100.000 habitantes. O indicador estabelece parâmetros, e o alcançado no Estado do Pará, no ano de 2012, foi de 45,74 (SESPA, 2012), o que o classifica como área de endemicidade
- (A) baixa.
 - (B) média.
 - (C) alta.
 - (D) muito alta.
 - (E) hiperendêmica.



- 28 A Síndrome do Desfiladeiro Torácico (SDT) neurogênica clássica se exterioriza com mais frequência pelo acometimento do ramo do plexo braquial
- (A) C5
 - (B) C6
 - (C) C7
 - (D) C8
 - (E) C8 a T1
- 29 Trabalhadora, 50 anos, com sobrecarga de atividades na lavagem de roupas. Apresenta enrijecimento e edema no punho, cursando com dor moderada na extremidade distal do antebraço direito. Teste de Finkelstein positivo. A impressão diagnóstica é tenossinovite de De Quervain, confirmada pelo exame ultrassonográfico, caracterizada por afetar os tendões do(dos)
- (A) flexor e abdutor curto do polegar.
 - (B) adutor curto e oponente do polegar.
 - (C) extensores curto e longo do polegar.
 - (D) abdutor longo e extensor curto do polegar.
 - (E) abdutor e extensor longos do polegar.
- 30 Médico, professor do 3º grau, lotado em Unidade de Saúde, com quadro clínico exuberante caracterizado por surgimento de exantema máculo-papular que adquiriu aspecto vesicular, evoluindo com pústulas e crostas. O diagnóstico clínico-epidemiológico de varicela recomenda o afastamento do profissional até
- (A) nove (9) dias após início do surgimento das vesículas.
 - (B) que todas as lesões se tornem crostas.
 - (C) resolução clínica e não antes de sete (7) dias após o início do surgimento das lesões.
 - (D) cinco (5) dias após início do exantema.
 - (E) a melhoria clínica e o desaparecimento completo de todas as lesões.
- 31 O levantamento de dados contidos em prontuários de servidores atendidos no serviço médico de uma instituição, na primeira semana do mês de abril/2015, revelou a prevalência da tosse não produtiva na coorte com a seguinte distribuição diária – 3, 5, 8, 4, 6 e 9, representada pela mediana (Md)
- (A) 8
 - (B) 6
 - (C) 4
 - (D) 5,5
 - (E) 5
- 32 O conjunto de valores referentes ao Índice de Massa Corporal (IMC) de funcionários que atuam na recepção de uma Unidade de Saúde mostra os seguintes escores – 24.9, 30, 34.9, 18, 24.9, 31. O IMC modal do conjunto é
- (A) 30
 - (B) 31
 - (C) 24.9
 - (D) 18
 - (E) 34.9
- 33 O sinal clínico característico da lesão de tronco nervoso que se exterioriza pela incapacidade de estender o punho e os dedos nas articulações metacarpofalângicas se traduz pela mão fletida e flácida no punho. Esta grave incapacidade na mão tem origem em lesão do nervo
- (A) Mediano.
 - (B) Interósseo anterior.
 - (C) Ulnar.
 - (D) Radial.
 - (E) Ramo motor recorrente do mediano.



- 34 Todo trabalhador portador de doença crônica deve submeter-se aos exames médicos ocupacionais sendo obrigatórios, periodicamente, no curso do vínculo empregatício. De acordo com as disposições contidas na NR 7, a realização obedece aos intervalos mínimos de tempo a cada
- (A) ano ou a intervalos menores, a critério do médico encarregado.
 - (B) dois anos, se a doença estiver sob controle.
 - (C) dois anos, para o trabalhador menor de dezoito anos.
 - (D) dois anos, para o trabalhador maior de 45 anos.
 - (E) ano, para o trabalhador entre dezoito e quarenta e cinco anos.
- 35 Devem ser submetidos a exames audiométricos de referência ou sequenciais todos os trabalhadores que exerçam ou exercerão suas atividades em ambientes cujos níveis de pressão sonora ultrapassem os níveis de tolerância estabelecidos nos anexos 1 e 2 da NR 15, independentemente do uso de protetor auditivo. O trabalhador permanecerá em repouso auditivo até o momento do exame audiométrico, por um período mínimo de
- (A) 2 horas.
 - (B) 6 horas.
 - (C) 8 horas.
 - (D) 12 horas.
 - (E) 14 horas.
- 36 As patologias do parênquima pulmonar associadas ao uso do cimento na construção civil sem os métodos de segurança são chamadas de pneumoconioses, das quais a sílica é a principal. O diagnóstico está fundamentado na história clínico-ocupacional, na investigação do local de trabalho, no exame físico e nas alterações encontradas no RX de tórax. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) preconiza que a leitura da radiografia deve ser realizada por
- (A) dois profissionais independentes.
 - (B) três profissionais independentes.
 - (C) quatro profissionais independentes.
 - (D) cinco profissionais independentes.
 - (E) seis profissionais independentes.
- 37 O anel do carpo é um túnel fibro-ósseo delimitado pelo retináculo dos flexores e pelos seguintes ossos do carpo:
- (A) Psiforme, hamato, trapézio e escafoide.
 - (B) Escafoide, trapézio, piramidal e captato.
 - (C) Piramidal, trapézio, hamato e psiforme.
 - (D) Hamato, captato, trapezoide e trapézio.
 - (E) Psiforme, hamato, trapezoide e piramidal.
- 38 O flúor é um elemento químico que apresenta propriedades anticancerígenas e costuma ser adicionado à água de abastecimento público, compõe produtos dentais, além de estar presente na água de forma natural. Na atualidade, a maior parte dos casos de intoxicação se deve a(à)
- (A) exposição industrial.
 - (B) ingestão acidental de raticida.
 - (C) ingestão acidental de inseticida.
 - (D) ingestão de dentrífico.
 - (E) limpadores de cromo.
- 39 O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente da percepção de auxílio-acidente, pelo prazo mínimo de
- (A) 2 meses.
 - (B) 4 meses.
 - (C) 6 meses.
 - (D) 9 meses.
 - (E) 12 meses.



- 40 No Brasil, o emprego em grande escala do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) se restringe aos programas de controle de doenças transmissíveis, como a malária, em face do seu prolongado efeito residual e eficácia contra formas adultas dos mosquitos. Não obstante as medidas restritivas relativas à comercialização, a toxicidade e a contaminação ambiental mostram que a intoxicação do composto aumenta ao longo da cadeia alimentar. O identificado denomina-se
- (A) Bioconcentração.
 - (B) Contaminação.
 - (C) Biomagnificação.
 - (D) Acumulação.
 - (E) Lixiviação.
- 41 Quadro caracterizado pela presença de duas máculas eritematosas, discrômicas, de limites nítidos e outra marginada por microtubérculos com descamação. Membro superior esquerdo apresentando troncos ulnar e mediano espessados e dolorosos, à palpação. Hiperestesia em 4º e 5º quirodáctilos. Bacterioscopia negativa. A clínica descrita remete à forma hansênica
- (A) indeterminada.
 - (B) tuberculóide.
 - (C) virchowiana.
 - (D) interpolar.
 - (E) neurítica pura
- 42 A incapacidade laborativa decorrente da tuberculose, objetivando estabelecimento ou prorrogação de prazos de afastamento, está na dependência da eliminação de bacilos, com potencial risco para terceiros, localização e gravidade da doença, intolerância aos tuberculostáticos, estado geral do indivíduo e exigências físicas para atividades exercidas. A data da cessação do benefício diante de manifestações clínicas leves da tuberculose doença, bom estado geral e sem efeitos adversos pelo esquema terapêutico é
- (A) 15 dias.
 - (B) 15 a 30 dias.
 - (C) 30 dias.
 - (D) 30 a 90 dias.
 - (E) 90 a 180 dias.
- 43 As lesões cutâneas da tuberculose tanto podem ser decorrentes de colonização do agente (bacilíferas) como de processo de hipersensibilização de foco tuberculoso ativo – tuberculides (abacilar ou paucibacilar). A forma cutânea mais comum em nosso meio apresenta-se sob a forma:
- (A) Lupus vulgar.
 - (B) Eritema endurecido de Bazin.
 - (C) Verrucosa.
 - (D) Escrofuloderma.
 - (E) Cancro tuberculosa.
- 44 A tuberculose intestinal geralmente é uma complicação rara, no curso da tuberculose, com ou sem tratamento. A localização preferencial da doença é no
- (A) Íleo terminal.
 - (B) Apêndice cecal.
 - (C) Duodeno.
 - (D) Cólon transversal.
 - (E) Reto.
- 45 Os tendões do manguito rotador são fundamentais para o funcionamento normal do ombro e estão sujeitos a desgaste ou degeneração toda vez que os braços são usados. A ruptura do manguito rotador gera um ombro fraco e doloroso. Este quadro pode ocorrer em qualquer idade, mas é mais comum em pacientes com idade acima de
- (A) 20 anos.
 - (B) 40 anos.
 - (C) 50 anos.
 - (D) 60 anos.
 - (E) 70 anos.



- 46 A síndrome do impacto é a mais comum causa de dor no ombro, com predominância da etiologia traumática. O achado clínico mais característico é dor à abertura lateral (abdução) ativa do braço, em
- (A) 30°
 - (B) 40°
 - (C) 50°
 - (D) 60° a 120°
 - (E) 150°
- 47 Uma condição imprescindível para que se forme a ulceração típica ou panarício analgésico de Morvan no quadro clínico evolutivo do paciente diabético, é a insensibilidade à dor. O teste de escolha para detectar as alterações na sensação do tato e da propriocepção nas avaliações por não especialistas é o teste do(da)
- (A) sensação vibratória com diapásão de 128Hz.
 - (B) monofilamento.
 - (C) dolorosa com estilete.
 - (D) sensação profunda com o martelo.
 - (E) sensibilidade térmica.
- 48 Diante da suspeita clínica de manifestações secundárias da sífilis adquirida recente, a prova de escolha de diagnóstico na rotina é a reação de VDRL com resultado expresso em títulos de diluição. Sua desvantagem é apresentar
- (A) baixo número de reações falso-positivas.
 - (B) alta sensibilidade.
 - (C) baixa sensibilidade.
 - (D) alta especificidade.
 - (E) baixa especificidade.
- 49 Trabalhadora, 40 anos, pele clara, com atividades de limpeza em área externa, ensolarada, apresenta nódulo ulcerativo com bordos perolados e telangiectasias, em comissura palpebral externa direita. A impressão diagnóstica fundamentada em exame clínico-dermatológico a ser confirmada pela biópsia com estudo histopatológico, remete o examinador à(ao)
- (A) Carcinoma basocelular.
 - (B) Carcinoma espinocelular.
 - (C) Sarcoma de Kaposi.
 - (D) Melanoma maligno.
 - (E) Doença de Paget.
- 50 Funcionário, adulto-jovem, exercendo atividades na central de esterilização de um Hospital Universitário sofreu queimadura que atingiu membro superior direito, face anterior do tórax e membro inferior direito. Considerando o proposto pela regra dos 9% ou método de Wallace para aferir com razoável acurácia o percentual da área de superfície queimada, é correto afirmar que, no quadro clínico apresentado, a área no corpo corresponde a
- (A) 20%
 - (B) 27%
 - (C) 45%
 - (D) 50%
 - (E) 54%